

ESTADO DE SÃO PAULO GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.846/25

DE 9 DE MAIO DE 2.025

KLEBER LOPES DE SOUSA, Prefeito Municipal, usando de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - NLLCA);

CONSIDERANDO que o art. 8°, § 1°, da Lei n° 14.133/2021, estabelece que o Agente de Contratação será auxiliado por equipe de apoio;

CONSIDERANDO a complexidade inerente aos processos licitatórios que envolvem obras, serviços de engenharia e outras contratações que demandam análise técnica especializada de projetos, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e documentação de qualificação econômico-financeira;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que as análises técnicas sejam realizadas por servidores com conhecimento específico, garantindo maior qualidade, segurança jurídica e eficiência aos processos licitatórios, em observância aos princípios da segregação de funções e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração;

CONSIDERANDO a importância de subsidiar tecnicamente as decisões do Agente de Contratação ou da Comissão de Contratação, sem eximir sua responsabilidade final pelos atos praticados no certame;

CONSIDERANDO a necessidade de que o apoio técnico seja requisitado de forma específica e direcionada, garantindo que a CATE-Lic atue efetivamente como órgão de assessoramento em questões pontuais de sua expertise, mantendo-se a competência decisória e a responsabilidade primária com o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação;

CONSIDERANDO o que preceitua o Artigo 92, da Lei Municipal nº 866/90 de 30/03/90, que institui a Lei Orgânica do Município de Bastos, edita o seguinte Decreto:

INSTITUI A COMISSÃO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO ÀS LICITAÇÕES (CATE-LIC) NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE BASTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

< Now



ESTADO DE SÃO PAULO GABINETE DO PREFEITO

edital:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Apoio Técnico Especializado às Licitações (CATE-Lic), órgão colegiado de caráter consultivo e de assessoramento técnico, destinada a auxiliar o Agente de Contratação e, quando for o caso, a Comissão de Contratação, na análise de aspectos técnicos e econômico-financeiros de processos licitatórios no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Bastos.

§ 1º - A CATE-Lic atuará em apoio ao Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, não possuindo competência decisória autônoma sobre a classificação ou habilitação de licitantes, cabendo-lhe emitir pareceres e relatórios técnicos subsidiários.

§ 2º - A solicitação de apoio à CATE-Lic não exime o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação de sua responsabilidade indelegável pela condução geral do processo licitatório e pela tomada de decisão final, devidamente motivada.

Art. 2º - Compete à CATE-Lic, quando formalmente demandada pelo Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, nos termos do art. 4º deste Decreto:

 I - Analisar a compatibilidade de projetos básicos e executivos com as especificações do edital e a legislação técnica pertinente;

 II - Analisar planilhas de custos e formação de preços, verificando sua exequibilidade, consistência com o mercado e conformidade com eventuais tabelas de referência oficiais;

III - Analisar a documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes, incluindo atestados de capacidade, registros profissionais e outros documentos comprobatórios de expertise;

IV - Analisar a documentação relativa à qualificação econômico-financeira dos licitantes, incluindo balanços patrimoniais, demonstrações contábeis e índices financeiros exigidos no edital, verificando o atendimento aos requisitos legais e editalícios;

V - Analisar amostras ou protótipos, quando exigidos no

VI - Analisar propostas técnicas, quando o critério de julgamento for técnica e preço ou melhor técnica;

Curdy C



ESTADO DE SÃO PAULO GABINETE DO PREFEITO

VII - Elaborar pareceres e relatórios técnicos circunstanciados e fundamentados sobre as análises realizadas, apontando eventuais inconsistências, não conformidades ou recomendações;

VIII - Prestar outros esclarecimentos de natureza técnica solicitados pelo Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, relacionados ao objeto da licitação e aos quesitos específicos formulados.

Art. 3º - A CATE-Lic será composta por, no mínimo, 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes, designados por Portaria do Prefeito Municipal, escolhidos dentre servidores públicos efetivos ou empregados públicos do quadro permanente da Administração Pública Municipal de Bastos.

§ 1º - Os membros da CATE-Lic deverão possuir comprovada formação acadêmica e/ou experiência profissional compatível com as atribuições definidas no art. 2º deste Decreto, preferencialmente nas áreas de Engenharia Civil, Arquitetura, Contabilidade, Administração ou Economia, conforme a natureza da análise demandada.

§ 2º - A composição da CATE-Lic poderá variar conforme a complexidade e a especificidade do objeto licitado, podendo ser designados membros adicionais com conhecimentos específicos para análises pontuais, mediante justificativa.

Art. 4° - A CATE-Lic atuará mediante provocação formal do Agente de Contratação ou da Comissão de Contratação, que encaminhará solicitação formal e fundamentada, indicando de forma clara e precisa os pontos ou quesitos técnicos específicos que demandam análise e parecer da CATE-Lic, acompanhada da documentação pertinente, fixando prazo razoável para a emissão do parecer ou relatório técnico, compatível com o cronograma do processo licitatório.

§ 1º - Os pareceres e relatórios técnicos emitidos pela CATE-Lic deverão ser claros, objetivos, conclusivos e devidamente fundamentados na legislação, nas normas técnicas aplicáveis e nos documentos analisados, respondendo diretamente aos quesitos formulados na solicitação.

§ 2º - As manifestações da CATE-Lic serão juntadas aos autos do processo licitatório correspondente.

§ 3° - Solicitações genéricas, que não especifiquem os pontos de dúvida ou a análise técnica requerida, ou que visem a mera transferência do exame integral do processo sem direcionamento específico sobre a necessidade do apoio técnico, poderão ser devolvidas pela CATE-Lic ao solicitante para

C ybu



ESTADO DE SÃO PAULO GABINETE DO PREFEITO

adequação, mediante despacho fundamentado de seu presidente ou da maioria de seus membros.

Art. 5° - Os pareceres e relatórios técnicos emitidos pela CATE-Lic têm natureza opinativa e de assessoramento, não vinculando a decisão final do Agente de Contratação ou da Comissão de Contratação.

Parágrafo único. O Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação, ao proferir sua decisão, poderá acolher ou rejeitar, no todo ou em parte, as conclusões do parecer técnico, devendo, neste último caso, apresentar a devida motivação nos

autos do processo.

Art. 6° - Aplicam-se aos membros da CATE-Lic as regras de impedimento e suspeição previstas na Lei nº 14.133/2021 e na legislação aplicável aos servidores públicos municipais.

Art. 7º - A participação na CATE-Lic é considerada serviço público relevante e não ensejará remuneração adicional, salvo se houver previsão legal específica em contrário.

Art. 8º - A Secretaria Municipal do Gabinete proverá o suporte administrativo necessário ao funcionamento da CATE-Lic.

Art. 9º - A Portaria de designação dos membros da CATE-Lic indicará um Presidente dentre eles, a quem competirá, sem prejuízo das atribuições dos demais membros, organizar os trabalhos e exercer a faculdade prevista no § 3º do art. 4º deste Decreto.

Art. 10 - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS, Aos 9 de maio de 2.025

KLEBER LOPES DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado em livro competente, publicado e afixado em local público de costume, na data supra.

Noemi Hayashi Morishigue Lopes de Sousa

Secretária Municipal do Gabinete do Prefeito